

O ensino de teorias da tradução no curso de Letras¹

Teaching translation theories in language and literature courses

Carolina Paganine*

RESUMO: Neste artigo, abordo o ensino de teorias da tradução a partir do percurso histórico brasileiro que privilegia uma abordagem sobre a tradução que não desvencilha a reflexão teórica da prática e da crítica de traduções, com destaque para as obras de Paulo Rónai (1976/2012), José Paulo Paes (1990) e Paulo Henriques Britto (2012). Esta contextualização histórica serve como ponto de apoio para o meu próprio relato como professora de teorias da tradução para turmas multilíngues do curso de Letras da Universidade Federal Fluminense, no qual procuro refletir sobre o papel do ensino de teorias da tradução na formação dos estudantes de Letras em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de tradução. Teorias da tradução. Formação de tradutores. Ensino de língua e literatura.

ABSTRACT: In this paper, I reflect on the teaching of translation theories from the point of view of the Brazilian literary translation background, which seems to favor an approach to translation taking in both theoretical thought and translation practice and criticism, with special reference to the works of Paulo Rónai (1976/2012), José Paulo Paes (1990) and Paulo Henriques Britto (2012). This historical context serves as a basis to my own account of teaching translation theories to undergraduate students of different foreign language and literature programs in Universidade Federal Fluminense, aiming to reflect on the role of teaching translation theories to translation students as well as to language and literature students in general.

KEYWORDS: Translation teaching. Translation theories. Translators training. Language and Literature teaching.

Este artigo trata do ensino de tradução, enfocando o papel do ensino de teorias da tradução na formação dos estudantes de Letras em geral. Para isso, traço um relato a partir da minha própria experiência como professora dessa área na Universidade Federal Fluminense e a partir de uma discussão sobre o percurso histórico dos estudos da tradução no Brasil que parece privilegiar a discussão dos aspectos teóricos aliados aos dilemas da prática, tais como vistos nas obras de Paulo Rónai, José Paulo Paes e Paulo Henriques Britto. Esse caráter especial do contexto brasileiro vai ao encontro de propostas mais recentes que enfatizam a integração

¹ Versões abreviadas deste artigo foram apresentadas como comunicação no XI Congresso Internacional da ABRAPE e V Congresso Internacional de Tradutores, Florianópolis, 2013, e no III Encontro Nacional Cultura e Tradução, João Pessoa, 2014.

* Doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunto II de Teorias da Tradução, Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense (UFF).

do conhecimento teórico e prático no ensino de tradução, desde o já clássico **Oficina de Tradução** (1986) de Rosemary Arrojo até **Traduzir com autonomia** (2000) de Fábio Alves, Célia Magalhães e Adriana Pagano². Essas propostas, no entanto, estão direcionadas ao trabalho com um determinado par de línguas, ambas para o par inglês/português, e são específicas da formação do tradutor. Neste texto, procuro ampliar a discussão para grupos multilíngues e para estudantes de Letras em geral, interessados no que a perspectiva teórica da tradução pode oferecer ao estudo de línguas e literaturas, visto que este é o meu contexto de trabalho e atuação. Dado este contexto particular, proponho algumas perguntas para reflexão: por que ensinar teorias da tradução no curso de Letras? O que e como ensinar?

Começo, preliminarmente, por fazer um relato da minha experiência *de* tradução e *com* a tradução, pois, para expor as minhas tentativas de respostas a essas perguntas, faz-se necessário descrever algumas cenas pessoais:

Cena 1) Aos dezessete anos li **Wuthering Heights** de Emily Brontë (no Brasil, **O morro dos ventos uivantes**) em tradução e esta me pareceu ruim. É a primeira vez que noto a materialidade de uma tradução.

Cena 2) Na minha graduação em Letras Tradução Inglês na Universidade, as disciplinas de teorias da tradução eram oferecidas *antes* das aulas de prática de tradução e consistiam num estudo voltado exclusivamente para leituras teóricas.

Cena 3) Como professora de teorias da tradução na Universidade, tenho coletado algumas observações de alunas e alunos que têm frequentado os meus cursos por meio de um questionário preliminar e de uma discussão inicial para compreender e registrar as visões sobre tradução que trazem. Este questionário contém cinco perguntas: a) você já traduziu ou traduz?; b) o que você entende por “tradução”?; c) o que é uma boa tradução?; d) qual a última obra traduzida que você leu? Você lembra o nome do tradutor?; e) Você conhece o nome de outros tradutores?

As observações mais comuns são aquelas sobre o que é tradução e sobre o conceito de “fidelidade”, por exemplo, a expectativa de uma aluna de que uma dada tradução seja “100% fiel” ou a definição inicial dada por outra de que “traduzir fielmente um texto é colocá-lo na língua de destino sem nenhuma perda de seu significado original”. Podemos perceber também a angústia de uma aluna que desabafa, depois de algumas aulas, “eu achava que traduzir era

² Para uma abordagem mais recente, cf. WALSH, 2014.

fácil e depois que fiz seu curso, vi que é muito difícil, que nada tem de fácil” e que, claro, originou uma angústia também em mim, pois meu dever como professora não seria facilitar a aprendizagem em vez de complicar?

De certa maneira, essas três cenas enunciam possíveis pontos de partida para pensarmos a importância do ensino de teorias da tradução. Como a primeira cena esboça, muito dos contatos conscientes que as pessoas têm com a tradução acontece quando esta apresenta “falhas”, quer dizer, a tradução se torna visível nos erros, a sua materialidade se faz presente como negativa. Quando a tradução é considerada boa, ninguém percebe ali o trabalho do tradutor, esse intermediário entre a obra estrangeira e nós, e, nesse caso, os cumprimentos, os elogios, são sempre ao autor estrangeiro: dizemos “como Balzac escreve bem!” e não, “como a tradutora de Balzac escreve bem!”. Dizemos “Li **Guerra e Paz** e adorei” e não, “Li **Guerra e Paz**, traduzido por Rubens Figueiredo, e adorei”. Até eu mesma não estou livre disso, pois não lembro o nome do tradutor ou da tradutora daquele **Wuthering Heights** que me despertou para a tradução, mas lembro de não ter gostado dela. E temos também a crítica jornalística que ainda costuma só comentar sobre tradução quando é para apontar essas temíveis “falhas”, como fez recentemente uma resenha de Bolívar Torres, no jornal **O Globo**, sobre a tradução de **Álcoois** de Apollinaire, feita por Mário Laranjeira. A matéria, curta, de cerca de 300 palavras em relação à primeira página inteira dedicada a Apollinaire, já começava com o título “Nova tradução de **Álcoois**, de Apollinaire, apresenta falhas” – e cito “o experiente tradutor faz algumas confusões, distorcendo o sentido original” (2013, s/p) e aponta alguns exemplos isolados.

Portanto, há, por um lado, uma visão da tradução como algo que passa despercebido, que não é sequer notada ou reconhecida. Na pergunta se os alunos conhecem o nome de algum tradutor, a grande maioria não sabe dar nenhum nome, até mesmo de livros de grande sucesso como **Harry Potter** ou **A Guerra dos Tronos**, que são lidos por grande parte dos alunos para quem damos aula no momento. Por outro lado, há também a visão da tradução como algo negativo e estes são dois pontos a serem trabalhados no ensino de teorias da tradução e que são relevantes tanto para o tradutor em formação quanto para o futuro professor de língua estrangeira, que passa a perceber que a tarefa de traduzir implica diferentes recursos no manejo da língua estrangeira e que esses recursos ajudam a esclarecer os pontos de contato e distanciamento entre língua estrangeira e língua materna.

Ainda, sobre esse segundo ponto, a inferioridade da tradução advém – simplificadamente – tanto da sobrevalorização da “originalidade”/“autenticidade” do original, desconsiderando a presença importante da intertextualidade na construção de textos, como advém da ênfase nas *perdas* que ocorrem no processo de traduzir, como se pudesse ocorrer qualquer troca linguística, seja ela uma paráfrase, uma explicação ou uma tradução entre línguas diversas, em que não ocorressem transformações de sentido ou interpretações.

Escrevendo sobre a falta de problematização da questão da tradução em cursos do ensino superior, Lawrence Venuti afirma que “[u]ma pedagogia da literatura traduzida pode ajudar os alunos a aprenderem a ser tanto autocríticos quanto críticos de ideologias culturais excludentes ao chamar atenção para os contextos dos textos e das interpretações” (2002, p. 178). Portanto, é o movimento de interpretação na tradução que abre uma janela para entrever o momento de realização da própria tradução (isto é, quando nós interpretamos, o fazemos informados pelo nosso próprio contexto social, ideológico, cultural e também pessoal). Então é a partir da interpretação que o tradutor faz suas escolhas e decide o que deve ser transposto e como deve ser transposto, pois um bom tradutor não tem mais a ingenuidade de acreditar que poderá traduzir todos os elementos formais e de sentido, ele sabe que terá que fazer escolhas. Sabe também que não pode se desvencilhar de sua interpretação, de seu entendimento sobre o que é o literário, de seu entendimento sobre o que é a obra estrangeira e até mesmo de seu entendimento sobre os objetivos e a importância de sua tradução.

A transformação seria, portanto, da natureza própria da tradução na medida em que não há tradução sem interpretação. Mesmo um poema aparentemente simples, como “The red wheelbarrow” do poeta americano da corrente imagista, William Carlos Williams, é capaz de produzir traduções diferentes como podemos ver no quadro 1, se ora se preza a organização formal dos padrões rítmicos e a regularidade do número de palavras (3 no primeiro verso, 1 no segundo) como na tradução de Paulo Vizioli; ou se se preza a própria produção da imagem, como na tradução de José Paulo Paes; ou, por fim, se se dá destaque às assonâncias e aliteraões como na tradução de Luis Dolhnikoff, que tenta reproduzir os espelhos de sons do verso inglês em “carrinho de mão marrom” e em “reluzindo”- chuva – junto”.

Quadro 1. Traduções de “The red wheelbarrow” de William Carlos Williams.

<i>The red wheelbarrow</i> (William Carlos Williams)	O carrinho de mão vermelho (trad. Paulo Vizioli, 1983)	O carrinho de mão vermelho (trad. José Paulo Paes, 1988)	O carrinho de mão marrom (trad. Luis Dolhnikoff, 2011)
<i>so much depends upon</i>	e tanto depende daquele	tanta coisa depende de um	Tanta coisa depende desse
<i>a red wheel barrow</i>	carrinho de mão vermelho	carrinho de mão vermelho	carrinho de mão marrom
<i>glazed with rain water</i>	na chuva luzindo lustroso	esmaltado de água de chuva	reluzindo sob a chuva
<i>beside the white chickens.</i>	junto dos frangos brancos	ao lado das galinhas brancas.	junto às galinhas brancas.

Criticar (e culpar) a tradução pela condição de sua natureza, seu caráter transformador e interpretativo, é, portanto, condenar de antemão e sem nenhuma reflexão um tipo de escritura que é fundamental para a sobrevivência da literatura e para o conhecimento em geral. Esse aspecto é especialmente importante para os estudantes de Letras em geral, pois, mais uma vez, vê-se que as teorias modernas sobre a tradução contribuem para a aprendizagem na medida em que trazem as contribuições das teorias pós-estruturalistas e da estética da recepção para a materialidade do estudo e da prática textual. Para Venuti, a historização das interpretações é fundamental para o processo de aprendizagem, pois,

Reconhecer um texto como traduzido e incorporar esse reconhecimento às interpretações em sala de aula pode ensinar aos alunos que suas operações críticas são limitadas e provisórias, situadas numa história transitória de recepção, numa situação cultural específica, num currículo, numa língua específica. E com o conhecimento das limitações vem a consciência das possibilidades, maneiras diferentes de entender o texto estrangeiro, maneiras diferentes de entender seus próprios momentos culturais. (2002, p. 178-179)

É nesse sentido que, muito antes de Venuti, no campo da história da literatura, Jorge Luís Borges afirma em “As versões homéricas” que são justamente as muitas variações nas diversas traduções da *Iliada* e da *Odisseia* que as tornam significativas, pois cada uma delas reflete a estética e a história de um período, e Borges chega ao ponto de escrever que bastaria ler as várias versões inglesas da *Odisseia* para se conhecer toda a história literária da Grã-Bretanha (1988, p. 258).

Retomando a segunda cena relatada no início, uma das coisas que percebi na minha própria graduação, em que entrei sem nenhuma experiência prática de traduzir, é que as disciplinas teóricas, feitas antes das práticas, se tornam um tanto herméticas e, conseqüentemente, pouco úteis à formação do tradutor. Por outro lado, as disciplinas ditas práticas que não promovem nenhum debate teórico e reflexivo sobre o fazer tradutório deixam de estimular a autonomia reflexiva do tradutor em formação, e não enfatizam a importância de torná-lo consciente, a todo momento, de que seu trabalho é uma atividade complexa e política, e não uma atividade mecânica e neutra. O pensamento teórico e reflexivo sobre a tradução ajuda a compreender as implicações das nossas escolhas e as ideologias por trás das interpretações e escolhas de nossos colegas tradutores.

É por meio dessa *experiência* como aluna de tradução que construo hoje a minha perspectiva como professora de teorias da tradução, propondo um ensino que não deve se desvencilhar da prática e crítica de traduções. Dessa maneira, nos cursos que tenho dado até agora na Universidade Federal Fluminense, procuro enfatizar a leitura de textos teóricos que enfatizem as relações entre o teorizar sobre o traduzir e o próprio traduzir. Muitos seriam os exemplos, como as obras de Haroldo de Campos, Rosemary Arrojo, Lawrence Venuti e Antoine Berman, mas gostaria de enfatizar a produção de três teóricos brasileiros, utilizados em sala de aula, que são também renomados tradutores e que produziram livros que ilustram de maneira emblemática, mas cada um a seu modo, o fato de que a experiência e a reflexão caminham juntos, são eles: Paulo Rónai, **A tradução vivida** (2012); José Paulo Paes, **Tradução: a ponte necessária** (1990); e Paulo Henriques Britto, **A tradução literária** (2012). A análise de suas produções teóricas sobre tradução busca colocar em evidência como cada um deles aborda a dicotomia teoria e prática da tradução. Assim, comento separadamente algumas ideias de cada um desses livros e depois teço algumas considerações sobre o percurso tradutológico no Brasil, conforme visto nessas obras em especial, e sobre suas contribuições para o ensino de teorias da tradução no curso de Letras.

1. Rónai: A tradução vivida

Húngaro naturalizado brasileiro, Paulo Rónai teve um papel importante no sistema literário brasileiro como tradutor de diversas línguas (húngaro, alemão, inglês, francês e italiano), autor de manuais de latim e francês, professor e editor tanto de autores brasileiros como estrangeiros, sendo responsável pela organização e edição da *Comédia Humana* de

Balzac e da coleção de contos mundiais *Mar de Histórias*. Além disso, escreveu e publicou o primeiro livro no Brasil dedicado inteiramente à tradução, *Escola de Tradutores* de 1952.

Mas é em *A tradução vivida*, cuja primeira edição é de 1976, que Rónai faz uma verdadeira sistematização dos conhecimentos básicos que, acredita, um tradutor deva ter. O livro tem um tom didático, visto que é derivado de uma série de conferências apresentadas nas Alianças Francesas do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, conforme o autor explica em nota introdutória. Esse didatismo é visto, em especial, nos capítulos 1 e 2 em que lista alguns conceitos principais sobre tradução, comenta os pré-requisitos do tradutor ideal e aconselha sobre as “armadilhas da tradução”, problemas linguístico-culturais de difícil solução ou que costumam passar despercebidos pelos tradutores inexperientes.

Ainda que esses capítulos tenham um claro objetivo instrutivo, voltado para a prática de traduzir, eles são também permeados pela reflexão teórica quando, por exemplo, Rónai se pergunta “Em que medida pode essa atividade [da tradução literária] ser considerada arte?” (2012, p. 23) e então o autor questiona as definições dos dicionários que enfatizam o que há de puramente linguístico e mecânico na tarefa. Em contraponto, Rónai cita algumas definições históricas que escritores elaboraram para tentar explicar a tradução, valendo-se do uso de metáforas para, na maioria das vezes, depreciar a atividade. Mas isso é apenas o ponto de partida para um exame da realidade, do que de fato acontece e do que deveria acontecer na tradução, como atividade profissional.

Em outro momento, no capítulo 5, Rónai afirma:

Uma das falácias da tradução é a ilusão de poder aprendê-la por tratados. Ora, como organizar um manual de tradução, se esta arte (ou ofício, se querem) escapa a toda sistematização? Na verdade, a tradução aprende-se traduzindo. Não quer isto dizer que não se deva meditar o assunto por escrito; apenas que não se pode esperar de um manual de tradução a precisão e a eficácia de um tratado de Óptica ou de Geometria. (2012, p. 133)

Nessa passagem, Rónai, ao mesmo tempo em que renega qualquer tipo de manual para uma atividade que por ele é vista como arte e, portanto, avessa a pragmatismos e a receitas, afirma também, de modo subliminar, que um possível manual de tradução não deve ter um caráter “definitivo” ou “absoluto”, como vemos nos tratados das ciências exatas, e nem que a tradução não exija um grau de meditação sobre a tarefa. Na verdade, como se vê ao longo de **A tradução vivida**, Rónai constantemente invoca o leitor a refletir sobre os problemas enfrentados e sobre as decisões a serem tomadas pelo tradutor. É, de certa maneira, um pensar

sobre o traduzir com vistas a produzir uma boa prática de tradução, isto é, produzir um texto que seja fiel, sendo a fidelidade, para Rónai, “o primeiro dever da tradução” (2012, p. 150).

Importante ressaltar que essa fidelidade, para o autor, não se coloca como uma escolha entre duas tendências excludentes, como vemos nos famosos métodos de tradução propostos por Schleiermacher, em que ora se escolhe por privilegiar a cultura de chegada, produzindo uma tradução domesticadora, ora se privilegia a cultura-fonte na tradução e se tem um texto estrangeirizante, termos modernos cunhados por Venuti. Rónai, em contraposição, advoga que “a fidelidade seria uma obrigação dupla: para com o conteúdo da mensagem e para com a praxe expressiva da língua-alvo” (2012, p. 152). Com o exemplo prático de uma tradução de Molière oferecido em seguida pelo teórico, depreende-se que um dos meios de se obter tal fidelidade implica interpretar o *sentido* do original para então dar-lhe forma vernácula que reproduza efeitos semelhantes, pois como conclui Rónai, “só assim a tradução exprimiria o pensamento de Molière como se ele tivesse sido concebido pela vez primeira em português” (2012, p. 154).

Nos demais capítulos, Rónai dedica-se a comentar traduções, cujo material textual é ponto de partida para o teórico instruir e comentar pontos que devam ser *refletidos* pelo tradutor, como a questão da intertextualidade num poema de Edward Fitzgerald (2012, p. 157-159). Dedicar-se também, como em outros de seus livros, a relatar sua experiência como tradutor e editor de traduções, e aqui Rónai adota um tom memorialístico sobre sua vida profissional, revelando mais uma vez a indissociabilidade entre o pensar sobre o traduzir e o próprio traduzir em seu percurso tradutório.

2. José Paulo Paes: Tradução: a ponte necessária

Em comum com Paulo Rónai, José Paulo Paes foi um tradutor literário multilíngue, tendo traduzido do inglês, grego, espanhol, francês, italiano e dinamarquês. Além disso, foi também poeta e crítico literário.

Este livro, de 1990, é uma coletânea de artigos escritos previamente pelo autor, publicados em jornais e revistas acadêmicas, ou lidos em palestras. Esse caráter de miscelânea reflete-se em toda antologia que possui como eixo norteador o fato de os textos tratarem de tradução literária.

Um ponto importante sobre a concepção de Paes sobre a tarefa tradutória está indicado já no subtítulo do livro: “aspectos e problemas da *arte* de traduzir” (grifo meu), em que a visão da tradução como arte, como atividade que não pode ser totalmente mensurada e explicada,

corroborar o tom ensaístico dos artigos, com seus títulos criativos³. O estilo livre da escrita de Paes, no entanto, não é sinônimo de superficialidade no tratamento dos temas que se propõe comentar. Dentre esses temas, muitos fazem parte de um grupo sempre discutido quando se fala de tradução como a “intraduzibilidade da poesia”, “perdas e ganhos” e “fidelidade”, que são discutidos tendo por base traduções reais, várias de sua própria autoria.

Se, no caso de Rónai, o tom didático predominava, em Paes é o tom ensaístico que atravessa seus nove artigos, a maioria sobre a tradução de poesia, dois sobre tradução de prosa, um sobre a história da tradução no Brasil e um sobre o que é crítica de tradução. Interessante notar que esses dois artigos são justamente aqueles que abrem e fecham, respectivamente, a coletânea e os que mais fazem uso de referências externas, demonstrando um certo distanciamento do ensaio em direção ao artigo acadêmico.

Em “Sobre a crítica de tradução”, Paes já prenuncia a preocupação de Britto com a escassez e a falta de objetividade na tarefa de se realizar críticas de tradução. Para ele,

A função principal da crítica de tradução, para levar adiante o símile ótico, seria então a de destacar e estudar em pormenor os fenômenos da refração tradutória. Não da refração em si, objeto antes de uma teoria geral da tradução, mas das refrações específicas que ocorrem na versão de cada texto. Após acompanhar, passo a passo, a passagem dos raios luminosos da semântica do conteúdo e da semântica da forma através de um meio de diferente densidade, isto é, a língua-alvo, poderia ela determinar, ao fim dessa análise de percurso, quanto houve nele de perda, compensação ou até mesmo ganho. (1990, p. 110)

Com essa metáfora, Paes revela que um dos objetivos da crítica de tradução é delimitar o grau de fidelidade da tradução, indicando também as possíveis “refrações” provocadas pelas lentes tradutórias, isto é, a tradução não seria, como o senso comum o quer, um vidro transparente, neutro, mas sim, como propõe Paes, uma “lente focalizadora, [...] é a lente tradutória que faculta, à miopia do monolíngue, enxergar o mundo, vasto mundo que se estende para além das suas limitações linguísticas” (1990, p. 110).

3. Paulo Henriques Britto: A tradução literária

Em contraste com os outros dois autores e suas obras aqui comentadas, tanto o perfil de Paulo Henriques Britto, quanto a sua obra em questão, possuem algumas diferenças

³ Por exemplo, “Bandeira tradutor ou o esquizofrênico incompleto” ou “Sob o signo de Judas: digressões de um tradutor de Sterne”.

significativas. Britto, por exemplo, apesar de ser poeta e tradutor como Paes, traduz apenas do inglês e suas atividades profissionais estão sempre circunscritas na esfera da tradução, tendo extensa produção como tradutor e como crítico e teórico de tradução. Ainda, à diferença de **A tradução vivida** e **Tradução: a ponte necessária**, este **A tradução literária** foi um livro concebido em sua integralidade pelo autor para a coleção *Filosofia, Literatura & Artes* da editora Civilização Brasileira. No entanto, apesar de ser inédito, Britto retoma vários pontos por ele defendidos em outros artigos seus.

Além disso, como Britto é professor de tradução, isso dá a seu livro uma perspectiva acadêmica que aos outros faltava, talvez também pela menor institucionalização dos estudos da tradução como disciplina na época em que escreviam.

O primeiro capítulo “Algumas considerações teóricas” funciona como uma introdução em que o autor insere considerações preliminares sobre as diferenças entre as línguas, sobre o estado atual da tradução como disciplina acadêmica, fazendo uma breve, porém perspicaz crítica a autores bastante lidos no Brasil: Rosemary Arrojo e Lawrence Venuti que ficaram conhecidos por fornecerem uma visão pós-moderna sobre a tradução e sua prática. A visão de Britto, já divulgada em outros textos do próprio autor, é de que a tradução não pode prescindir de alguns pressupostos como a meta da fidelidade ao original; o fato de tradução e criação serem operações distintas e com regras diferentes; e, por fim, a possibilidade de traduções serem avaliadas e criticadas de modo objetivo.

Britto defende seus argumentos com clareza e com riqueza de comparações a outras atividades, como a medicina e a aeronáutica, em que aqueles mesmo pressupostos não são postos em xeque e as atividades são realizadas sem grandes questionamentos ao valor e à veracidade de seus propósitos. Apesar de dizer logo na primeira página do capítulo que a tradução literária, no livro, “será examinada principalmente por um viés prático – em que consiste o trabalho do tradutor literário, que espécie de problemas ele enfrenta e que espécie de soluções pode encontrar” (2012, p. 11), este capítulo essencialmente teórico já demonstra que a prática da tradução demanda uma reflexão teórica sobre a velha questão do que é uma tradução, como defini-la, como fazê-la.

Os outros dois capítulos são voltados um à tradução de ficção, o outro à tradução de poesia. Deles depreende-se que um exame detalhado do texto original é imprescindível para o tradutor que deve, primeiramente, decidir *o que* daquele texto é essencial permanecer na tradução, para depois decidir *como* isso pode ser transposto. Muitas vezes, para Britto, alguma

característica do original não tem como ser traduzida e um grau de intraduzibilidade sempre ocorrerá, mas isso é um fato com o qual os tradutores devem conviver, sabendo que, assim como para os médicos ou para os engenheiros aeronáuticos, sua atividade não é infalível.

Em ambos os capítulos, Britto trata de questões práticas, mas que sempre levam a uma discussão teórica sobre como traduzir. Por exemplo, no capítulo “A tradução de ficção”, Britto discorre sobre a questão da domesticação e da estrangeirização do texto traduzido, concluindo que “não há critérios definitivos que aconselhem a adoção, em todo e qualquer caso, de uma estratégia estrangeirizante ou domesticadora. Mais uma vez, temos uma situação em que uma solução intermediária terá de ser adotada pelo tradutor, após um exame cuidadoso dos diferentes fatores relevantes” (2012, p. 64).

Em comum com Rónai, Britto defende a fidelidade ao original e afirma que “a questão que se coloca para o tradutor contemporâneo, interessado em produzir uma versão que respeite as características do original, é determinar até que ponto é possível reproduzir essas características na língua-meta, com as especificidades e as limitações dessa língua-meta” (2012, p. 67). Assim, o grande desafio do tradutor está em decidir tanto o que é próprio do estilo do autor, o que o singulariza dentro do seu sistema literário, como em saber quais dessas características poderão ser transpostas para outra língua. O que de certa maneira acaba por corroborar a ideia de fidelidade de Rónai, ainda que por vias diversas, quando o crítico húngaro dizia que se deve respeitar a mensagem do original e a praxe da língua-meta.

Ainda em comum com Rónai, Britto em alguns momentos tende para o tom confessional, quando conta como começou a se interessar por tradução e discute a questão da oralidade nas obras americanas e brasileiras (2012, p. 83-86). Em outras ocasiões, assim como em Rónai, sua escrita é prescritiva, como quando recomenda aos tradutores não usarem marcas fonéticas na tradução da oralidade de obras estrangeiras, por ser esse um recurso pouco usual na literatura brasileira (2012, p. 92-93).

4. Considerações finais

Renomados em suas carreiras, os três tradutores contribuíram para o pensamento sobre a tradução no Brasil, fazendo parte de um percurso histórico brasileiro em que a reflexão teórica está intrinsecamente ligada à prática tradutória. Escrevendo em décadas diferentes, Rónai, Paes e Britto promovem um debate sobre a tradução literária que parte de recomendações sobre o bem traduzir (Rónai), passa pelo levantamento histórico e o texto ensaístico (Paes) e se

aproxima da discussão acadêmica (Britto). Apesar das diferenças, a escrita teórica desses tradutores demonstra a relação próxima entre a teoria e a prática da tradução literária. Mesmo quando eles se propõem a abordar a tradução exclusivamente sob as lentes da prática, vê-se que essa sempre propõe um ponto para a reflexão, um ponto para exame em que, daí em diante, o tradutor toma suas decisões textuais.

Percebe-se também que, para os três teóricos-tradutores, a fidelidade ao texto original é um dos principais objetivos do tradutor, deixando subentender uma relação regida pelo signo da identificação entre texto traduzido e original. No entanto, em razão da vasta experiência dos tradutores, a fidelidade absoluta é desmistificada, trazendo à tona, portanto, a noção de “perdas” ou de fidelidade como escolha que muitas vezes passa por dicotomias: fidelidade ao significante ou ao significado, à língua-cultura estrangeira ou à doméstica, ou, como no caso de Britto, fidelidade às características que constituem o efeito de literariedade da obra estrangeira. Sob o ponto de vista das teorias pós-estruturalistas sobre a tradução, a ênfase dada pelos teóricos em tela recairia fundamentalmente sobre o grau de identificação com o texto original, mas, se notarmos bem, seus textos não deixam de mencionar o papel do tradutor de interpretar e de tomar decisões — fator que deve ser enfatizado pelos professores de estudos da tradução a fim de relativizar a crença na existência de uma fidelidade total ao texto de partida.

Para esse fim, as obras de Haroldo de Campos e Rosemary Arrojo, cujos trabalhos também se apoiam na relação próxima entre teoria e prática, são ilustrativas de uma perspectiva diversa sobre a fidelidade. Levando em consideração este percurso brasileiro, proponho, nas aulas, o debate por meio de pequenos exercícios de tradução para aliar o pensamento teórico à prática de tradução e repensar a questão da fidelidade. Como as turmas da Universidade Federal Fluminense são compostas por alunos das diferentes línguas estrangeiras oferecidas pelo Instituto de Letras (inglês, espanhol, francês, italiano e alemão) e já tive também alunos de latim e grego, esses exercícios, em geral, consistem em traduzir do português para a língua estrangeira. É sim uma tarefa mais árdua do que traduzir para nossa língua materna, mas é sempre um exercício que provoca questionamentos sobre o quê e como traduzir, estimulando o diálogo com os textos teóricos, além de estimular um adentramento mais aprofundado no estudo da língua estrangeira. Aqui, muitas vezes os alunos sentem uma certa angústia por terem que lidar com a redação em língua estrangeira, daí um aspecto a ser reforçado é que o que estamos produzindo ali é um primeiro rascunho, uma primeira tentativa, e que o texto traduzido em si

não será avaliado, pois o que importa de fato, nesse momento, são as reflexões teóricas suscitadas pela tarefa de traduzir.

Outro exercício bastante produtivo é a leitura e o exame crítico de traduções. De novo, como as turmas são multilíngues, percebi que esse exercício é mais proveitoso quanto maior for a diversidade de traduções de um mesmo texto. Dessa maneira, independentemente se o aluno conhece ou não o idioma do texto de partida (e até mesmo a professora), as diversas traduções, como variações de um “mesmo” texto, oferecem subsídios para o debate dos conceitos teóricos. Alguns exemplos de textos com múltiplas traduções que tenho trabalhado seriam as muitas traduções da “Ode I, XI – Carpe Diem” de Horácio, ou as várias versões do poema “L’Infinito” do poeta italiano Giacomo Leopardi.

Além desses exercícios, também proponho como avaliação de um dos cursos um trabalho final que consiste numa pequena tradução com comentários ou numa crítica de tradução em que o desafio aos alunos é produzir um texto tentando aliar a reflexão sobre a tradução com os conceitos teóricos discutidos em sala. Muitos desses trabalhos, por sua vez, aumentam o meu próprio repertório de textos traduzidos que utilizo em sala de aula, como foi o caso, por exemplo, da “Ode” de Horácio que foi o tema do trabalho de um aluno.

Por fim, voltamos agora à terceira cena que descrevi no início. Lá, expus as ideias e expectativas mais comuns que os alunos em geral têm em relação à tradução, como a meta de uma fidelidade absoluta, a visão de que as perdas são necessariamente ruins e a crença na apreensão e transposição de significados livres do viés da interpretação. Essa última crença pressupõe uma perspectiva sobre as línguas como nomenclaturas, listas de nomes, facilmente comparáveis e equivalentes, bastando a qualquer pessoa um certo conhecimento do idioma estrangeiro e um bom dicionário para traduzir bem. Daí a ideia de que traduzir é fácil e o espanto de uma aluna, após cursar a disciplina, em descobrir, que traduzir é, na verdade, uma atividade complexa. E volto também à pergunta que me fiz: esse desabafo deveria me angustiar também, na medida em que realizo um movimento inverso à concepção tradicional de ensino em que o professor deve “iluminar” e não “obscurecer” a construção de conhecimento? Pelo contrário, a fala da aluna expressa que atingi um dos meus objetivos como professora, qual seja, o abandono das visões do senso comum sobre a tradução e a construção de uma reflexão crítica sobre o processo, uma iniciação na *experiência* de tradução, no que de fato acontece quando traduzimos, no intrincado e elaborado processo de tomada de decisões.

Por meio desse breve relato sobre a minha experiência de ensino de tradução, uma experiência que é tanto reflexão quanto um fazer prático, percebo que uma das funções do ensino de teorias na formação dos alunos de Letras é desmistificar crenças do senso comum sobre a tradução, um tema que já foi debatido por Adriana Pagano (2000). No meu contexto de ensino, as principais crenças seriam, como já mencionado, o estigma de inferioridade e a noção de fidelidade absoluta; o papel muitas vezes invisível e subestimado da tradução na vida cultural e política; o desconhecimento sobre o que de fato envolve a tarefa de traduzir e outros pontos que não cheguei a abordar como a aparente impossibilidade da tradução (que é uma das bandeiras mais levantadas contra a tradução e um tema muito discutido principalmente quando se trata de tradução poética). Mas qualquer que seja o programa de um curso de teorias da tradução, acredito que essa aprendizagem poderá ser mais bem-sucedida quando deixamos de opor e de dissociar o estudo teórico do prático e tentamos aliar a reflexão à tarefa de traduzir, promovendo uma certa integração entre saberes e fazeres.

Referências Bibliográficas

ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2000.

ARROJO, R. **Oficina de Tradução**: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios; 74).

BORGES, J. L. As versões homéricas. Trad. Josely Vianna Baptista. In: BORGES, J. L. **Obras Completas**, I. São Paulo: Globo, 1988, p. 255-260.

BRITTO, P. H. **A tradução literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DOLHNIKOFF, L. As palavras e as coisas de William Carlos Williams. **Sibila**: revista de poesia e crítica literária. São Paulo, 16 de setembro de 2011. Disponível em <http://sibila.com.br/critica/as-palavras-e-as-coisas-de-william-carlos-williams/4984>. Acesso em 20 novembro 2015.

PAES, J. P. Poemas de William Carlos Williams. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 79-91, Mar. 1988. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 novembro 2015.

_____. **Tradução: a ponte necessária**. São Paulo: Ática, 1990.

PAGANO, A. Crenças sobre a tradução e o tradutor. In: ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2000. p. 9-28.

RÓNAI, P. **A Tradução Viva**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

TORRES, B. Nova tradução de 'Álcoois', de Apollinaire, apresenta falhas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/11/16/nova-traducao-de-alcoois-de-apolloinaire-apresenta-falhas-515275.asp>. Acesso em 10 abril 2014.

VENUTI, L. A pedagogia da literatura. In: _____. **Escândalos da tradução**: por uma ética da diferença. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia M. Villela, Marileide D. Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002. p. 169-201.

VIZIOLI, P. A tradução de poesia em língua inglesa: problemas e sugestões. **Tradução e comunicação**: Revista Brasileira de Tradutores. São Paulo, nº 2, p. 109-128, março de 1983.

WALSH, B. Uma experiência de planejamento de ensino de tradução: conjugando competência e capacidade de renovação na formação de tradutores autocríticos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, nº 34, p. 206-228, jul./dez. 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2014v2n34p206>. Acesso em 20 novembro 2015.

Artigo recebido em: 29.01.2016

Artigo aprovado em: 15.06.2016